

Fonteles questiona os 15% de reajuste no Legislativo

Senado Federal

BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, pediu informações ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), sobre o aumento salarial de 15% concedido este mês aos funcionários do Legislativo. O pedido precede uma eventual ação direta de inconstitucionalidade contra o reajuste, caso

Fonteles entenda que as informações não foram convincentes. "Do ponto de vista da Câmara, vamos corrigir eventuais erros", disse João Paulo, após encontro com o procurador-geral.

O diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio, informou que Fonteles está pedindo informações pelo fato de o reajuste ter sido concedido por meio de ato administrativo, sem a elaboração e votação de um projeto de lei. Sampaio argu-

mentou que os reajustes devem ser feitos por meio de projeto de lei. Mas, segundo ele, tratou-se de uma extensão, para o Legislativo, de um reajuste dado pelo Executivo a seus servidores. No caso, segundo Sampaio, pode ser usado o ato administrativo.

Sampaio lembrou que o mesmo ocorreu em 1993, quando os servidores do Legislativo tiveram reajuste salarial, seguindo o Executivo, e a Constituição prevê a revisão anual dos salários dos funcionários públicos. Ele informou que, como não houve um reajuste do Executivo para todas as categorias, a Câmara fez uma média dos índices concedidos, chegando aos 15% de seus servidores. ● D.M.